



Manaus, 20 de março de 2017

Excelentíssima Senhora Wanessa Grazziotin

MD. Senadora da República Federativa do Brasil
Brasília/DF

Ref.: Emenda nº à MP 757/2016

Senhora Senadora,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, e antecipar nossos agradecimentos por sua atenção aos legítimos pleitos da Zona Franca de Manaus, encarecemos sua atenção para o que passamos a expor:

Emenda nº à MP 757/2016

Dê-se nova redação aos artigos 8º e 11º, a MP 757, de 2016:

Redação atual

Art. 8º Ocorre o fato gerador da TCIF no momento do registro de pedido de licenciamento de importação a que se refere o art. 2º ou do registro de protocolo de ingresso de mercadorias a que se refere o art. 3º, sendo devida em conformidade com a soma dos seguintes valores:

Redação Proposta

Art. 8º Ocorre o fato gerador da TCIF no momento do registro da Declaração de Importação - DI a que se refere o art. 2º ou do internamento da mercadoria na Zona Franca de Manaus a que se refere o art. 3º, sendo devida em conformidade com a soma dos seguintes valores:

Redação atual

Art. 11. A TCIF será recolhida por meio de Guia de Recolhimento da União até o quinto dia útil seguinte ao do registro dos pedidos referidos no art. 8º, sob pena de não processamento e cancelamento.

Redação Proposta

Art. 11. A TCIF será recolhida por meio de Guia de Recolhimento da União até o dia 25 do próprio mês relativo aos fatos geradores ocorridos durante a primeira quinzena e até o dia 10 do mês seguinte, relativo aos fatos geradores ocorridos na segunda quinzena referidos no art. 8º.

JUSTIFICATIVA

O fato gerador previsto na Medida Provisória 757/2016 antecipa o registro e o pagamento da TCIF mesmo antes da mercadoria ingressar fisicamente na Zona Franca de Manaus, o que geraria implicações fiscais e contábeis, além de exigir das empresas enorme controle, contratação de pessoal, altos custos logísticos e alto risco de paralisar suas operações uma vez que não conseguiria registrar e pagar a TCIF em tempo hábil gerando altos custos de armazenagem.

Tendo como fato gerar o efetivo Registro da Declaração de Importação – DI não há no que se falar em retrabalho ou risco de cancelamento do Pedido de Liberação de Importação – PLI, uma vez que a empresa tem a certeza de que a mercadoria importada ingressará na Zona Franca de Manaus, da mesma forma, ocorrerá com as Mercadoria Nacionais, fazendo justiça fiscal ao vincular o fato gerador ao internamento da mercadoria, que na verdade é o momento que após a vistoria efetuada pela SUFRAMA consagra o ingresso físico da mercadoria, não restando dúvidas portanto, de que a operação foi realizada.

Atenciosamente,

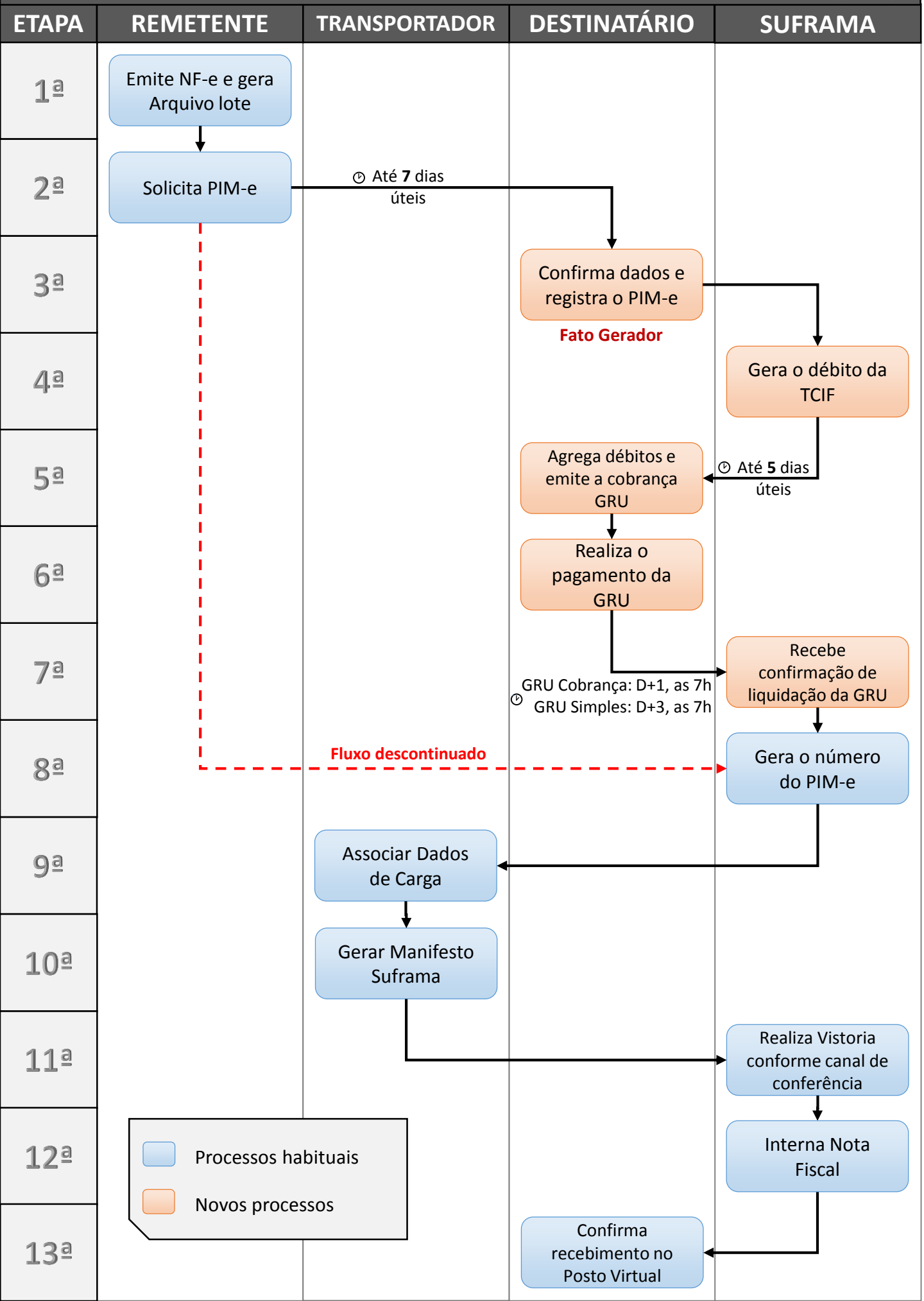


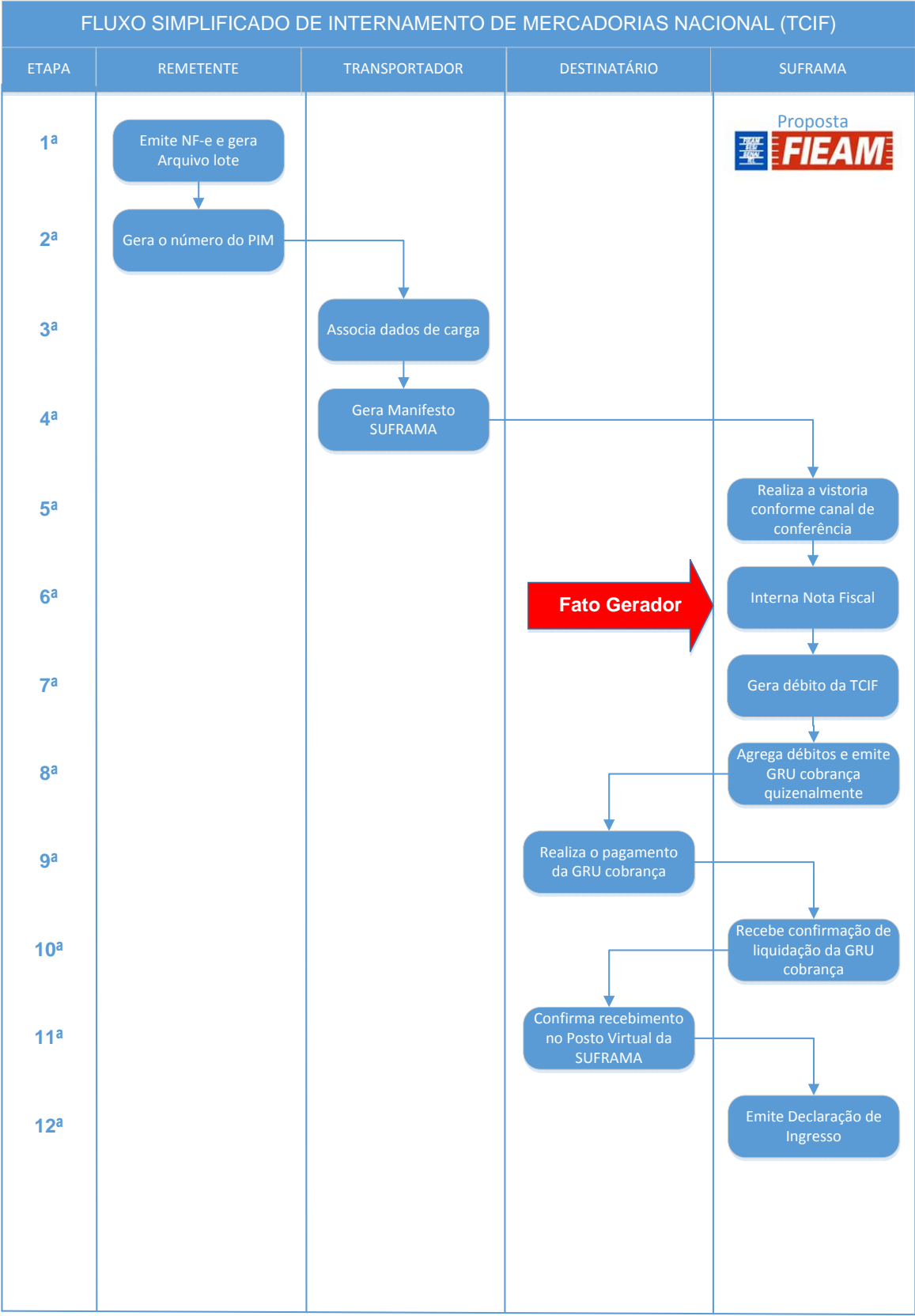
ANTONIO CARLOS SILVA
Presidente – FIEAM

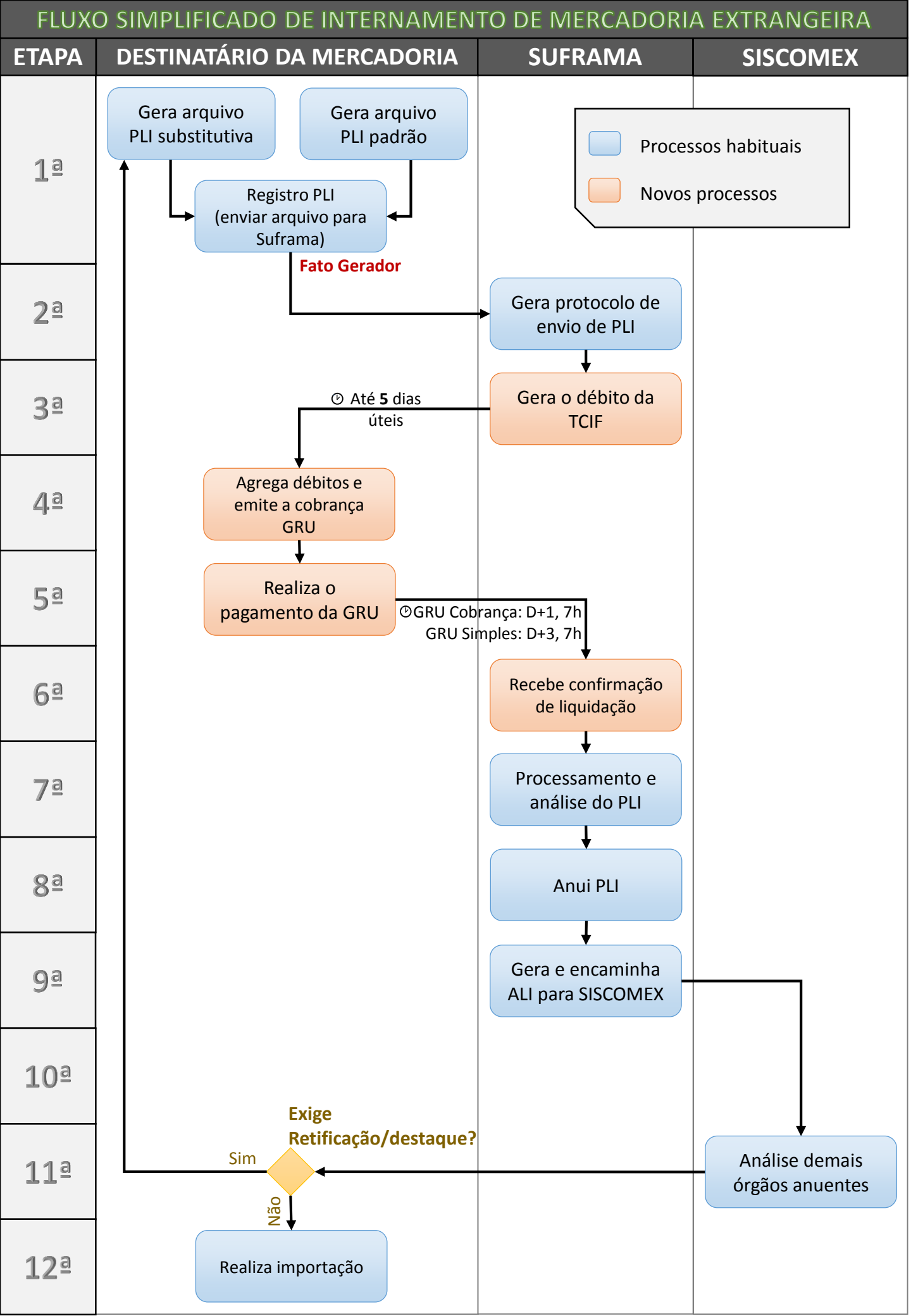


WILSON LUIS BUZATO PÉRICO
Presidente – CIEAM

FLUXO SIMPLIFICADO DE INTERNAMENTO DE MERCADORIA NACIONAL (TCIF)







FLUXO SIMPLIFICADO DE INTERNAMENTO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRA (TCIF)

